

HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA EM DEBATE: COLONIALIDADE, PROTAGONISMO E DECOLONIALIDADE

Thauane dos Santos Cordeiro

thauanecordeiro.contato@gmail.com

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

V Seminário de Pós-graduação do IFMS – SEMPOG IFMS 2025

Resumo. O presente trabalho aborda a forma pela qual os povos indígenas no Brasil tiveram sua trajetória marcada por visões eurocêntricas, que os classificaram como “sem história” e detentores de uma cultura “imprópria”. Essas concepções resultaram na invisibilização desses povos na historiografia brasileira, negando-lhes sua historicidade e protagonismo. Na primeira parte deste trabalho, discute-se a relação intrínseca entre história e cultura, problematizando a permanência das visões coloniais, exemplificadas por meio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e pela persistência de estereótipos no imaginário social. Esses estereótipos foram apontados em pesquisas realizadas em três escolas estaduais de Dourados/MS, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) de História, da Universidade Federal da Grande Dourados (2018-2019). Na segunda parte, o texto enfatiza os povos indígenas como “sujeitos e não apenas vítimas”, destacando alianças históricas, autonomia e protagonismo cultural. Analisa-se a atuação indígena no campo religioso, por meio do Instituto Bíblico Felipe Landes e da Igreja Indígena Presbiteriana, como exemplos de indigenização de elementos externos. A produção do trabalho se baseou em um diálogo teórico com autores como Manuela Carneiro da Cunha, Marshall Sahlins, Lilia Schwarcz e Thiago Leandro Vieira Cavalcante, articulando conceitos como colonialidade, decolonialidade e indigenização. Por fim, apontam-se caminhos, como o da decolonialidade, que reconheçam a pluralidade cultural e histórica dos povos indígenas e seu papel como agentes ativos na construção e transformação cultural.

Palavras-Chave. Colonialidade, Protagonismo Indígena, Decolonialidade.

Abstract. This study examines how the trajectory of Indigenous peoples in Brazil has been shaped by Eurocentric perspectives that classified them as “without history” and as bearers of an “improper” culture. These conceptions have resulted in the invisibilization of these peoples in Brazilian historiography, denying them both historicity and protagonism. The first part discusses the intrinsic relationship between history and culture, problematizing the persistence of colonial perspectives, exemplified by the Brazilian Historical and Geographical Institute and by the endurance of stereotypes in the social

imagination. These stereotypes were identified in research carried out in three state schools in Dourados, Mato Grosso do Sul, within the scope of the Institutional Scholarship Program for Initiation to Teaching (PIBID) in History, at the Federal University of Grande Dourados (2018–2019). The second part emphasizes Indigenous peoples as “subjects and not merely victims,” highlighting historical alliances, autonomy, and cultural protagonism. It analyzes Indigenous engagement in the religious sphere through the Felipe Landes Bible Institute and the Indigenous Presbyterian Church, as examples of the indigenization of external elements. The study is grounded in theoretical dialogue with authors such as Manuela Carneiro da Cunha, Marshall Sahlins, Lilia Schwarcz, and Thiago Leandro Vieira Cavalcante, articulating concepts such as coloniality, decoloniality, and indigenization. Finally, it points to pathways, such as that of decoloniality, that recognize the cultural and historical plurality of Indigenous peoples and their role as active agents in the construction and transformation of culture.

Keywords. Coloniality, Indigenous agency, Decoloniality.

1. INTRODUÇÃO

A trajetória dos povos indígenas no Brasil foi atravessada por visões eurocêntricas, as quais desempenharam formas de enxergá-los como “sem história” e portadores de uma cultura “imprópria”. Na historiografia, os rastros dessa compreensão resultaram no apagamento desses povos e, apesar das transformações ocorridas no cenário político e acadêmico nas últimas décadas, a presença de estereótipos sobre eles ainda permanece, negando-lhes sua historicidade e protagonismo.

O presente trabalho propõe-se a discutir as formas inadequadas pelas quais esses povos foram vistos e a permanência desses rastros de inferiorização em nossa sociedade. Diante disso, buscamos evidenciar a autonomia indígena, em sua história e cultura, sendo agentes de transformação cultural. Para isso, parte-se de um diálogo teórico com autores como Manuela Carneiro da Cunha, Marshall Sahlins, Lilia Schwarcz e Thiago Leandro Vieira Cavalcante, articulando conceitos como colonialidade, decolonialidade e indigenização. Essa base teórica é associada a uma investigação empírica realizada em escolas estaduais de Dourados/MS, a qual revelou a força de estereótipos no imaginário social, mesmo após a implementação da Lei 11.645/2008, que torna obrigatória a abordagem da história e cultura indígena na educação básica.

O estudo também analisa experiências de atuação indígena no campo religioso, expondo por meio do Instituto Bíblico Felipe Landes e da Igreja Indígena Presbiteriana do Brasil, exemplos da apropriação de elementos externos por parte dos indígenas. A partir dessa articulação entre teoria, pesquisa e casos concretos, busca-se não apenas

problematizar os rastros coloniais que ainda repercutem em estereótipos sobre os povos indígenas, mas também contribuir para construção de práticas educativas e historiográficas comprometidas com a pluralidade cultural e com a superação da invisibilidade desses povos.

2. SEM HISTÓRIA E COM CULTURA IMPRÓPRIA: UMA VISÃO EQUIVOCADA SOBRE OS POVOS INDÍGENAS

A busca pelo estabelecimento do termo “cultura” encontra na pessoa de Edward Tylor (1832-1917) sua referência, embora algumas concepções alinhadas ao termo já circulassem antes disso. De todo modo, Tylor foi o indivíduo marcado na história como o responsável pela definição do conceito de cultura em 1817, por meio do qual apresentoutudo o que o ser humano é capaz de realizar e de aprender, expondo a cultura não como algo inato, mas como algo que os sujeitos constroem ao longo do tempo (LARAIA, 1986).

Nesse sentido, podemos entender que a cultura tanto guia as ações dos sujeitos, dando sentido a elas, quanto é, por essas ações, alterada, como se observa nas palavras de Sahlins (1990)

as pessoas organizam seus projetos e dão sentido aos objetos partindo das compreensões preexistentes da ordem cultural [...] Por outro lado, entretanto, como as circunstancias contingentes da ação não se conformam necessariamente aos significados [...] sabe-se que os homens criativamente repensam seus esquemas convencionais

Ao discorrer sobre isso, o autor nos traz uma importante relação entre a cultura e história dos diversos povos, ao sintetizar que “a cultura é historicamente reproduzida na ação” e “a cultura é alterada historicamente na ação”. Mais adiante, ele ainda menciona que “o que os antropólogos chamam de “estrutura” — as relações simbólicas de ordem cultural — é um objeto histórico” (*ibidem*). Assim, por meio da apresentação dessa relação podemos compreender que cultura e história influenciam-se mutuamente, que a relação entre ambas é intrínseca, sendo a história de cada povo administrada conforme seus aportes culturais e estes também administrados conforme suas histórias.

Diante dessa importante relação – intrínseca –, a história e cultura dos povos indígenas foram incompreendidas, inferiorizando o ser indígena durante um longo período. A noção de primitivismo que permeou o século XIX delineou uma compreensão a respeito dos povos indígenas como seres estagnados, algo como “fósseis vivos”, cujo modo de vida/práticas não teriam passado por mudanças ao longo do tempo. Por meio disso, a mente de muitos foi guiada pela negação da história, de um passado possível para esses povos: “as sociedades sem Estado se tornaram, na teoria ocidental, sociedades “primitivas”, condenadas a uma eterna infância. E porque tinham assim parado no tempo, não cabia procurar-lhes a história” (CUNHA, 1992).

Sem história e com uma cultura imprópria, assim os povos indígenas tiveram seu modo de vida caracterizado. Identificados como inferiores, como almas que necessitavam ser resgatadas do estado em que viviam, os indígenas foram assim concebidos por uma visão eurocêntrica, a qual os enxergou por meio de suas próprias lentes. Nesse sentido, a cultura dos indígenas não foi compreendida a partir dela mesma, buscando mensurar as razões internas para as práticas que a formavam. Sobre isso, Laraia (1986) nos confirma:

Todo sistema cultural tem a sua própria lógica e não passa de um ato primário de etnocentrismo tentar transferir a lógica de um sistema para outro. Infelizmente, a tendência mais comum é de considerar lógico apenas o próprio sistema e atribuir aos demais um alto grau de irracionalismo. A coerência de um hábito cultural somente pode ser analisada a partir do sistema a que pertence

Ponderar sobre essa postura eurocêntrica que marcou a relação que europeus desenvolveram para com os povos indígenas nos leva ao conceito de “colonialismo”. Cavalcante (2024), ao aludir a proposição desse conceito formulado por Aníbal Quijano, escreve que ele se refere a “dominação direta, política, social e cultural” que europeus desempenharam, como, por exemplo, na América, mas que ao longo dos séculos XIX e XX viu-se ruir. Contudo, ele prossegue demonstrando o que Quijano nomeou de “colonialidade”: a permanência de “padrões coloniais de dominação” em nossa sociedade. Nesse sentido, Cavalcante (2024) aponta para alguns efeitos dessa “persistência colonial”, citando o apego “exacerbado a ferramentas teórico-metodológicas eurocêntricas e o apagamento dos povos indígenas em nossa historiografia”.

Tendo em vista tal inferiorização, o desenvolvimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), corrobora. Organizado pela elite e financiado majoritariamente pelo Império, o IHGB teve como objetivo produzir uma identidade nacional brasileira. Assim, buscou-se as especificidades do Brasil e o mito das três raças, isto é, construir a ideia de negros, brancos e indígenas juntos, lado a lado, constituindo a formação da nossa sociedade. Entretanto, nessa construção ficou notório quem teve lugar de destaque: o homem branco e a valorização de tudo o que era europeu. Negros e indígenas foram inferiorizados, excluídos, já que não integravam a noção de “civilização” e assim, “construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do ‘outro’” (GUIMARÃES, 1995).

Diante disso, com menos de uma década atrás, uma pesquisa realizada com alunos de três escolas estaduais, da cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul, objetivou analisar as influências da lei 11.645/2008 na educação básica a respeito da história e cultura indígena, apontando para a persistência da inferiorização para com os povos indígenas.

Por meio da edição do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) História (2018-2019), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), o tema do trabalho expôs “História e cultura indígena” e, como seu componente, a pesquisa com os discentes fez parte de uma etapa denominada “sondagens”. Dessa forma, seis perguntas foram direcionadas aos alunos, das quais duas deram base para as considerações feitas no trabalho publicado por Novak, Marques e Santos (2022), tratando-se das seguintes: 1) “Em sua opinião, os índios do Brasil estão acabando? Justifique” e 2) “Em sua opinião, o índio verdadeiro é aquele que vive pelado na floresta? Justifique”.

Diante da primeira questão, a maioria das respostas dos alunos foi “sim” – embora a realidade das últimas décadas tenha demonstrado o contrário. Como justificavas, foram apresentadas questões que colocaram os indígenas como vítimas, negligenciando-os como protagonistas de suas histórias. Somado a isso, identificou-se também respostas pautadas na ideia de miscigenação, criticando a “mistura étnica e cultural”, a qual, feita pelos indígenas, estaria desviando-os de sua “cultura original”. Pode-se também verificar justificativas sustentadas pela ideia dos povos indígenas não “evolúem”, não se “moldarem aos ideais, crenças, leis [...] dos não indígenas”. Diante disso, é importante pontuar que mesmo as respostas que negaram os indígenas estarem acabando, foram

justificadas com argumentos pejorativos, estereotipados, como, por exemplo, o de invasor de terras, de que eles gozam de direitos não ofertados aos não indígenas, ou seja, são privilegiados e que não passam de sujeitos preguiçosos (NOVAK, MARQUES, SANTOS, 2022).

Observando as respostas da segunda questão, a maioria dos alunos responderam que “não”, o que, apesar disso, não deixou de nas justificativas reforçar estereótipos e inferiorização. Como exemplo, foi mencionado que os indígenas foram assimilados por uma cultura mais forte, que eles teriam passado por uma “‘modernização’ necessária”, aludindo também a uma visão pejorativa do modo de vida desses povos, bem como inserindo-os em um lugar de “passibilidade e do assistencialismo, em que não lhes são reservados espaços para ação”. Visto isso, as respostas positivas para a questão do verdadeiro indígena ser o que vive pelado na floresta, evidenciaram o processo de assimilação, aproximando o que vive na floresta de uma “autenticidade indígena”. Além disso, também se fez presente justificativas que os apresentaram como “preguiçosos e sem lei” (*ibidem*).

Diante disso, Novak, Marques e Santos (2022) demonstram que os povos indígenas ainda são marcados

por uma carga de estereótipos, que recaem nas visões essencialistas de culturas, do indígena folclorizado, romantizado, aculturado, vitimizado ou do indígena malvado, cruel, primitivo e preguiçoso, as quais descaracterizam as ações indígenas em cada contexto histórico brasileiro

Nesse sentido, encontramos a permanência das lentes coloniais sobre esses povos, não os considerando como sujeitos históricos, nem o dinamismo cultural que, assim como entre qualquer outro povo, também se faz presente entre os povos indígenas.

3. “SUJEITOS E NÃO APENAS VÍTIMAS”: RESTAURANDO PERSPECTIVAS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS

“Sujeitos e não apenas vítimas”, essa é uma das referências que Cunha (1992) apresentou em seu livro “História dos Índios no Brasil” e que, felizmente, contribuiu com compreensões que vão além das incoerências a respeito dos povos indígenas, oferecendo à nossa sociedade o acesso a leituras que trazem os indígenas como sujeitos históricos, agentes em alianças, como protagonistas e não só como pessoas que sofreram com o processo colonial.

Essas perspectivas produziram-se com vigor a partir de 1990, contando com a “articulação entre antropólogos, arqueólogos e historiadores”. Alinhado a elas, Cavalcante (2011) aborda que os indígenas “estabeleceram diversas formas de intercâmbio com os colonizadores, sendo por vezes aliados do sistema colonial e contribuindo para com ele”. Com isso, entendemos que esse período também deve apresentar sobre como os indígenas demonstraram seus próprios interesses, autonomia, articulando-se com o não indígena em busca de benefícios para si e seu próprio povo/etnia. Somado a isso, é rico para nós as exemplificações feitas por Cunha (1992) dos indígenas como “atores políticos importantes de sua própria história”, demonstrando, por exemplo, o alinhamento/aliança de determinadas etnias feita, intencionalmente, com franceses, portugueses ou espanhóis, a fim de garantir maior força contra etnias que eram suas rivais.

Negando o reconhecimento das historicidades dos povos indígenas, Novak, Marques e Santos (2022) abordam sobre a expectativa de alguns em “encontrar o ‘índio de 1500’”, opondo-se as suas transformações culturais, o que, por sua vez, “não costuma ser recorrente quando no caso das populações não indígenas, as quais tendem a ser analisadas em suas respectivas historicidades”. Sobre isso, Cavalcante (2011) agrega quando aduz sobre o embaraço que ainda existe entre os conceitos de “cultura” e “etnia” na busca por uma regulação da identidade dos povos indígenas, nas palavras do autor:

Ao tratar esses dois conceitos como sinônimos, propaga-se a ideia de que o indígena para ser indígena precisa ter um grande bojo de sinais diacríticos que marquem sua diferença em relação à sociedade envolvente. Trata-se de uma perspectiva tola, pois aqueles ocidentais, que quase não se parecem mais com seus avôs,

exigem que os indígenas sejam como seus ancestrais pré-coloniais, negando-lhes novamente a sua historicidade

Como abordado anteriormente, a cultura não deve ser pensada como algo imutável, mas que se altera, transforma-se, por meio das ações dos indivíduos. Nesse sentido, podemos elencar, por exemplo, o fato de muitos indígenas não só abraçarem a fé cristã, como também de tornarem-se missionários entre o seu próprio povo. Esta tem sido uma realidade na cidade de Dourados, MS, por meio do Instituto Bíblico Felipe Landes (IBFL), pertencente a Missão Evangélica Caiuá.

Criado com o objetivo de “preparar o índio para a pregação do evangelho”¹, o IBFL, fundado em 1980, é um instituto de linha reformada que tem formado indígenas de etnias como kaioiwá, guarani, terena. Ali, eles solicitam seu ingresso apresentando cartas de recomendação de seus líderes eclesiásticos e as motivações pelas quais desejam estudar no Instituto. Tendo, atualmente, a duração de 3 anos, os formandos pelo IBFL tem se dedicado na área missionária, eclesiástica, como pode-se perceber, por exemplo, por meio da Igreja Indígena Presbiteriana no Brasil, fundada em 2008, no Mato Grosso do Sul. A Igreja possui cerca de 35 ramificações, para as quais o Instituto Bíblico Felipe Landes contribui com o envio de indígenas missionários que nelas assumem liderança (NASCIMENTO, 2020). Por meio da apresentação de Bernardes (2017), é possível identificar indígenas, formados pelo Instituto, que atuam como líderes nessas igrejas na cidade de Dourados e região.

Ponderando sobre questões como essa, Cavalcante (2011) nos apresenta um termo cunhado por Marshall Sahlins, o de “indigenização”, o qual nos permite “entender que elementos não-indígenas são indigenizados, passando, portanto, a compor a cultura indígena, da mesma forma que muitos elementos indígenas foram ocidentalizados”. Diante disso, Schwarcz (2005) corrobora quando discorre a respeito de uma análise a qual considera que, no contato entre culturas, ambas saem “alteradas, não resultando apenas dois blocos: um impondo esquemas culturais e outro absorvendo; um sendo destruído e outro mantendo sua tradição imutável”.

Nesse sentido, os povos indígenas também atuam influenciando os não indígenas, agregando com sua cultura, trazendo por meio dela novos contornos à cultura daqueles. A

¹ Histórico. Missão Evangélica Caiuá, 2003. Arquivo do IBFL.

esse respeito, podemos aproveitar a menção que Hoch (2022) traz sobre a contribuição que os indígenas trazem para o pensar/viver a fé cristã:

Não preciso ver logo no testemunho deles (dos indígenas) a atuação de poderes hostis a Deus [...] Justamente a alteridade de seu discurso e de sua cosmovisão pode me proporcionar um acesso novo a aspectos da fé cristã que já perdi ou que pelo menos não são suficientemente acentuados. Talvez minha fé seja demasiado estreita, provinciana demais, excessivamente enredada nas coerções culturais que me cercam e talvez eu nem sequer esteja consciente disso

Com vistas a essas questões, o desvencilhamento da colonialidade tem lugar importante. A fim de sustentar isso, a decolonialidade, conceito proposto por teóricos como Aníbal Quijano e Walter Dignolo, propõe o “reconhecimento da heterogeneidade histórica e cultural”. Ao trabalhar sobre as proposições daqueles teóricos, Cavalcante (2024) ressalta que “não se trata da simples negação de todas as categorias europeias”, mas de uma interação entre as várias perspectivas de mundo. Nesse sentido, ao invés de se reforçar um sistema universal, hierarquizá-lo acima de outras formas de saber/cultura, a decolonialidade:

passa, fundamentalmente, pela ideia de coexistência não subordinada de várias formas de organização social, de organização econômica, de culturas, de construção do conhecimento e de formas de conhecer [...] tem como premissa a construção de mundo em que caibam muitos mundos, sem que um busque subjugar os demais (*ibidem*)

Diante disso, o ser/cultura dos povos indígenas não é representado como inferior ou necessitado de uma cultura que seja “mais excelente”, a fim de os salvar de um estado de perdição. Antes, esses povos são tidos como participantes, como sujeitos históricos, em eventos que moldam, reconfiguram culturas e modos de pensar.

Com vistas a essas perspectivas, a fim de promover o entendimento dos povos indígenas como sujeitos históricos, consideramos a prática da pesquisa, da crítica documental que deve ser feita pelos pesquisadores ao lidar com fontes coloniais. Ao discorrer sobre a utilização da etno-história como um método interdisciplinar, Cavalcante

(2011) traz a observação feita por Bartomeu Melià de que “a documentação colonial foi produzida sobre a perspectiva da “redução” do indígena à vida política e humana” e, diante disso, a desideologização das fontes históricas seria o caminho para analisá-las. Com isso, podemos entender como possibilidades, o descarte de representações sobre os povos indígenas e a alteração de termos utilizados para descrever esse período. Sobre essa última, a apresentação que Cavalcante (*ibidem*) faz de Manuela Carneiro da Cunha exemplifica bem, apontando que, em relação a chegada do europeu, “o termo “encontro” não passa de um eufemismo envergonhado (1992, p. 12). Mais do que na perspectiva do “encontro” a questão deve, numa linguagem descolonizada, ser tematizada como “conquista””.

Somado a isso, considerando a permanência de concepções pejorativas sobre os povos indígenas exemplificado anteriormente no caso das escolas em Dourados, MS, é fundamental a “aproximação concreta e contínua entre universidade e escola”. Como Novak, Marques e Santos (2022) apontam, o estabelecimento da Lei 11.645/2008, da inserção de disciplinas e cursos na formação dos professores, ainda não foram capazes de mudar essa realidade no ambiente escolar. Portanto, os autores apontam para que “o conhecimento histórico produzido na academia seja pensado também enquanto material didático e paradidático para ser utilizado na educação básica”. Aliado a isso, discorrem sobre se trabalhar com a “história local”, demonstrando aos alunos as várias etnias presentes em sua região, abordando, dessa forma, suas historicidades e culturas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, o presente trabalho demonstrou como a visão a respeito da história e cultura indígena foi depreciada diante das lentes coloniais. Marcadamente eurocêntrica, por meio delas não se via uma história para os povos indígenas e sua cultura, alinhada a isso, passou pela inferiorização daqueles que se julgavam os salvadores de suas almas.

Felizmente, diante de uma historiografia que sustentava permanências às formas coloniais de dominação, as produções e engajamento acadêmicos das últimas décadas têm proporcionado olhares renovados sobre os povos indígenas, questionado o pensamento de estudantes, confrontando os não indígenas para o reconhecimento desses povos como sujeitos históricos, como protagonistas de suas histórias. Isso, por sua vez, não cancela a

continuidade de ações que primem por essa conscientização, uma vez que estereótipos e preconceitos ainda são averiguados.

Por fim, o presente texto apontou para o dinamismo cultural e interação com outras culturas, para a valorização da cultura indígena ao lado de outras mais. Com isso, ressaltando a realidade histórica desses povos, eles foram aludidos enquanto agentes, não apenas vítimas, apropriando-se e influenciando nos delineamentos ora de suas culturas, ora das culturas dos não indígenas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo Interno, Colonialidade e Decolonialidade: o desafio da abordagem descolonial na História Indígena e do Indigenismo brasileira**. [no prelo], 2024.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa**. História a [online]. 2011, vol.30, n.1, pp.349- 371. ISSN 1980-4369.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 9-24.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Debaixo da Imediata Proteção de Sua Majestade Imperial o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. Rio de Janeiro, R.IHGB, 156(388) 459-613, jul.set., 1995

HOCH, Lothar Carlos. **A voz de deus em outros povos: a religiosidade indígena na américa latina como desafio ao cristianismo**. Estudos Teológicos, 35(2), 177–185. 2022. Disponível em: http://198.211.97.179/periodicos_novo/index.php/ET/article/view/1865

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: 1986.

NASCIMENTO, Jonas Furtado. **Presbiterianos e povos indígenas no Brasil – A atuação da Missão Evangélica Caiuá**. O Estandarte, 2020. Disponível em: <https://oestandarteonline.com.br/2020/08/09/presbiterianos-e-povos-indigenas-no-brasil/>.

Novak, Éder da S., Marques, I. A. da C., & Santos, A. V. dos. (2022). **Historicidade, Alteridade e Diversidade: Os Desafios do Ensino de História e Cultura Indígena nas Escolas**. Revista Eletrônica História Em Reflexão, 16(31), 214–244. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/14846>

SAHLINS, Marshall. Introdução. In. _____. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. p. 7-22.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 72, p. 119-135, jul. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/tPhP3RSjMbMTQvVq5WJmwkM/?format=pdf&lang=pt>

6. FONTES

BERNARDES, Beijamim. **Igreja indígena. Missão Caiuá, a serviço do índio para a glória de Deus**. Dourados, 2ª ed, ano II. Abr, 2017. Disponível em: https://issuu.com/isabellasilveira/docs/revista_caiua

Histórico. **Missão Evangélica Caiuá, 2003**. Arquivo do IBFL.